

RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA Nº 2171/25**Residencial Sarana**

Ref.: Relatório de Estudo Ambiental – REA, baseado no Parecer Único nº 062/2025 da 1ª Câmara de Análise Integrada para Licenciamento de Empreendimentos de Impacto – 1ª CLI e do Parecer Técnico nº 2209/25 da SMMA, nos termos do Decreto Municipal nº 17.266/20.

Processo Administrativo LI: 31.00654616/2024-75

Processo Administrativo do Licenciamento anterior: 31.00312126/2021-13

Empreendedor: Asa Verde Incorporações Ltda.

CNPJ: 36.837.702/0001-71

Responsável Legal: Luis Felipe Leite Correa

CPF: 038.396.376-19

Responsável Técnico: Cynthia Silveira Pimentel Fraga Andrade

Conselho: A366935

SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

As características abaixo discriminadas correspondem aos dados e documentos apresentados em atendimento à Orientação para o Licenciamento de Empreendimento de Impacto – OLEI nº 202402327 e demais informações registradas no âmbito do processo de licenciamento ambiental pelos responsáveis técnicos do empreendimento.

Localização		
Rua Osório Duque Estrada, nº 500, Bairro Planalto, Belo Horizonte - MG. CEP: 31.730-512. Regional: Norte Lotes 001, 002, 003 e 004, Quarteirão 159, Zona Fiscal -, Lote CTM 181269100200		
Zoneamento (Lei 7166/96 e alterações)		
Ocupação Moderada - OM-3		
Atividades do empreendimento*		
Código: E-04-01-4	Descrição: Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares	
Enquadramento do empreendimento		
Modalidade: Licenciamento Ambiental Trifásico – LAT		Competência: Originária
Etapa: Licença de Instalação - LI		
Dispositivo legal: Lei Municipal nº 11.181/19, Deliberações Normativas COMAM nº 80/14 nº 90/18 e alterações.		
Características do empreendimento		
Empreendimento em fase de Licença de Instalação após concessão da Licença Prévia - LP no 0084/24, através do processo 31.00312126/2021-13. O loteamento prevê a criação de 4 lotes, sendo o Lote 001 EUC com área de 2.907,80 m²; Lote 002 de 5.000,00 m² de uso comercial; Lote 003 de 22.522,97 m² vinculado ao uso residencial multifamiliar; e o Lote 004 ELUP com área de 3.654,15 m²; além da abertura/modificação de vias em área de 4.685,08 m². A ocupação do Lote 003 prevê a implantação de 544 unidades habitacionais, distribuídas em 4 torres de 17 pavimentos cada e 8 apartamentos por andar. Contempla também, estacionamento descoberto com 454 vagas de veículos leves, além de vagas para motocicletas e bicicletário. Abrange ainda, edificações de apoio, academia e áreas de lazer, como piscina, playground e petplace. A área permeável perfaz o total de 4.899,15 m².		
Área da Gleba: 38.770 m²	Área do Terreno*: 22.552,97 m²	Área Construída**: 30.245,67 m²
Área Permeável**: 4.899,15m²	UN Habitacionais: 544	Vagas Estacionamento**: 454

* Lote 003 residencial

**Residencial



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

CONDICIONANTES PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Deverão ser atendidas todas as condicionantes e suas respectivas notas associadas, se for o caso, para Licenciamento Ambiental, solicitadas pelos órgãos responsáveis pela análise do empreendimento, discriminadas a seguir:

Nº	IMPACTO	CONDICIONANTE	PRAZO	ÓRGÃO
1	Publicidade	Apresentar publicação da concessão da licença ambiental em periódico regional ou local de grande circulação, nos termos do art. 31, da Deliberação Normativa do COPAM nº 217/2017. (Nota 1)	30 dias após a concessão da licença	SMMA
2	Proteção ambiental	Comprovar a implantação do PTRF/PRADA (Nota 2)	Requerimento da LO	SMMA
3	Proteção ambiental	Executar e apresentar documento comprobatório do plantio das mudas ou conversão da medida compensatória por supressão vegetal (Nota 3)	Requerimento da LO	SMMA
4	-	Apresentar taxa florestal devidamente quitada (Nota 4)	7 dias após a emissão da AIE.	SMMA
5	Proteção ambiental	Apresentar relatórios de monitoramento das emissões sonoras de acordo plano aprovado (Nota 5)	Semestralmente	SMMA
6	Proteção ambiental	Apresentar relatórios de monitoramento do PGRCC	Semestralmente	SMMA
7	Ocupação do solo	Comprovar a implantação de projeto de ajardinamento das áreas permeáveis do empreendimento (Nota 6)	Requerimento baixa de construção	SMMA
8	Inserção urbana	Implantar o Programa de Comunicação Social e apresentar relatórios semestrais de comprovação das ações (Nota 7)	Semestralmente	SMMA
9	Inserção urbana	Apresentar projeto executivo do Programa de Educação Ambiental - PEA para aprovação da SMMA. (Nota 8)	60 dias após concessão da licença/PLU	SMMA
10	Sustentabilidade	Comprovar a instalação do sistema de medição individualizada de água e demais itens de sustentabilidade.	Requerimento da LO	SMMA
11	Proteção ambiental	Solicitar Autorização para movimentação de terras - AMTT (Nota 9)	Para a emissão da AMTT	SMMA
12	Proteção ambiental	Apresentar Autorização de Corte de Árvores Isoladas - CAI emitida pelo SINAFLOP para as árvores isoladas de espécies ameaçadas de extinção (Nota 10)	Antes de iniciar as obras	SMMA



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

Nº	IMPACTO	CONDICIONANTE	PRAZO	ÓRGÃO
13	Parcelamento do solo	Apresentar correção do projeto de ELUP, conforme diretrizes do Parecer Técnico - PT 1870/25, emitido pela GAINV.	60 dias após concessão da licença/PLU	SMMA
14	Inserção socioeconômica	Implantar o Programa de Educação Ambiental - PEA, após aprovação da SMMA, e apresentar relatórios semestrais de comprovação das ações. (Nota 11)	Semestralmente	SMMA
15	Inserção socioeconômica	Comprovar a implantação das contrapartidas conforme Decreto de Contrapartidas – 18.072/2022.	365 dias após concessão da licença/PLU	SMMA
16	Parcelamento do solo	Comprovar a implantação do projeto do ELUP conforme aprovado pela GAINV/SMMA.	Requerimento da LO	SMMA
17	Proteção ambiental	Apresentar Plano de Gestão Ambiental das Obras para aprovação da SMMA (Nota 12)	60 dias após concessão da licença/PLU	SMMA
18	Sustentabilidade	Comprovar a manutenção da vegetação das áreas permeáveis do empreendimento (Nota 13)	Anualmente por 3 anos	SMMA
19	Análise documental	Solicitar Autorização para Intervenção em Espécimes - AIE (Nota 14)	Para emissão da AIE	SMMA
20	Proteção ambiental	Comprovar a implantação do Plano de Gestão Ambiental das Obras aprovado, com envio de relatórios semestrais durante as obras.	Semestralmente	SMMA
21	Sustentabilidade	Apresentar a comprovação de destinação do material lenhoso. (Nota 15)	60 dias após a emissão da AIE	SMMA
22	Proteção ambiental	Comprovar a execução das medidas de recuperação de processos erosivos, tratamentos de taludes e demais medidas de estabilização geotécnica do terreno, incluindo as obras complementares de contenção, drenagem e recomposição da cobertura vegetal.	Requerimento da LO	SMMA/ SUPLAN
23	Ocupação do solo	Apresentar Projeto Arquitetônico Legal consolidado constando a solução compatibilizada de todos os projetos setoriais aprovados pelos órgãos de interface envolvidos nas condicionantes/diretrizes anteriores. Projeto a ser validado por todos os órgãos partícipes deste licenciamento para instrução do processo de Licenciamento das Edificações. (Nota 16)	Requerimento de aprovação do projeto de edificação	SUREG/ SMMA/ SMOBI/ SMMUR
24	Ocupação do solo	A autorização CINDACTA deverá ser apresentada e deverá estar válida no momento do Comunicado de Início de Obra, após a aprovação das edificações via SUREG pela Lei nº 11.181/19 e deve ser condizente com o projeto apresentado.	Antes de iniciar as obras	SUREG



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

Nº	IMPACTO	CONDICIONANTE	PRAZO	ÓRGÃO
25	Infraestrutura urbana	Apresentar projeto para os lançamentos das descidas d'águas e das canaletas de drenagem, localizadas nas imediações da área brejosa com os devidos tratamentos (dissipadores de energia preferencialmente com pedras de mão ou rachão arrumadas).	120 dias após concessão da licença/PLU	SMOBI
26	Infraestrutura urbana	Rever o lançamento final da rede de drenagem da Rua Araújo Lima, direcionando-a para a galeria do Córrego Embira (ver cadastro em anexo), não realizando lançamentos perpendiculares a ela.	120 dias após concessão da licença/PLU	SMOBI
27	Análise documental	Apresentar o "as built" do Projeto de Drenagem Pluvial do Sistema Viário implantado (Nota 17)	90 dias após concessão da licença/PLU	SMOBI
28	Análise documental	Apresentar o "as built" Projeto de Ligação Predial ao Sistema de Drenagem. (Nota 18)	90 dias após concessão da licença/PLU	SMOBI
29	Circulação urbana	Adequar e aprovar junto à SUOTRAN o projeto arquitetônico referente aos acessos de veículos, calçadas, faixas de acumulação, vagas internas de estacionamento para veículos leves, incluindo veículos que transportem ou que sejam conduzidos por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, motocicletas e bicicletário, de acordo com as legislações municipais vigentes e com os parâmetros da BHTRANS. (Nota 19)	120 dias após concessão da licença/PLU	BHTRANS
30	Circulação urbana	Adequar e aprovar junto à SUOTRAN, os projetos viários de sinalização horizontal e vertical e semafórica. (Nota 20)	180 dias após concessão da licença/PLU	BHTRANS
31	Circulação urbana	Apresentar diagnóstico da situação da passarela e projeto completo de revitalização contemplando a melhoria da acessibilidade, pintura, gradis e iluminação a ser apresentado para avaliação e aprovação da SUZURB conforme Ofício SUZURB 193/25.	180 dias após concessão da licença/PLU	BHTRANS
32	Circulação urbana	Apresentar diagnóstico da situação da passarela e projeto completo de revitalização contemplando a melhoria da acessibilidade, pintura, gradis e iluminação a ser apresentado para avaliação e aprovação da SUZURB conforme Ofício SUZURB 193/25. (Nota 21)	150 dias após concessão da licença/PLU	BHTRANS
33	Circulação urbana	Implantar projeto arquitetônico relativo a aprovação da SUOTRAN.	Requerimento da LO	BHTRANS
34	Circulação urbana	Implantar os projetos viários executivo de engenharia relativos a aprovação da SUOTRAN.	Requerimento da LO	BHTRANS
35	Circulação urbana	Implantar a adequação da passarela conforme projeto aprovado.	Requerimento da LO	BHTRANS
36	Inserção socioeconômica	Apresentar relatórios semestrais de comprovação da implementação do PCMO. (Nota 22)	Semestralmente	URBEL
37	Inserção socioeconômica	Apresentar relatório final, com avaliação da implementação do PCMO. (Nota 23)	Requerimento da LO	URBEL



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

Nº	IMPACTO	CONDICIONANTE	PRAZO	ÓRGÃO
38	Ocupação do solo	Apresentar para aprovação solução para garantir o conforto térmico dos ambientes internos dos apartamentos.	60 dias após concessão da licença/PLU	URBEL
39	Ocupação do solo	Comprovar a implantação da solução aprovada para garantir o conforto térmico dos ambientes internos dos apartamentos.	Requerimento da LO	URBEL

NOTAS:

1. A publicação deverá conter: nome do responsável legal; nome, endereço e CNPJ do empreendimento; número da licença, data de sua concessão e sua validade. Consultar modelo disponível em: https://smma.pbh.gov.br/sgcedocs/pdf/licenciamento/comercio/Mod_Publ_Conc_Licenca_com.pdf.

2. Apresentar relatório de implantação, de acordo com as atividades previstas no PTRF/PRADA aprovado (incluindo o formulário de monitoramento, anexo I - de acordo com o termo de referência disponibilizado no site da SMMA: <https://smma.pbh.gov.br> / aba Documentos para Download / Roteiros Técnicos. Os relatórios de manutenção devem seguir as instruções disponíveis no item 8 do mesmo termo de referência. As mudas oriundas da compensação por supressão não poderão ser contabilizadas na execução do PRADA, devendo ser submetidas à DPEA (dpea@pbh.gov.br) para orientação legal quanto ao procedimento para compensação.

3. Executar plantio de 1416 mudas, das quais 50 deverão ser obrigatoriamente de Ipê amarelo (lei 20308/2012) em local a ser definido e aprovado pela Diretoria de Planejamento Estratégico Ambiental (DPEA/SMMA - dpea@pbh.gov.br) por compensação. Antes de efetuar a compra das mudas, deve-se entrar em contato com a SMMA/DPEA. A documentação comprobatória (recibo de Reposição Definitivo e Recibo de Reposição Temporário) deverá ser encaminhada à SMMA/DLAM/GELIN para compor os expedientes deste processo. Para oportunizar o pleno desenvolvimento das mudas, e considerando que o período chuvoso na região centro-sul mineira se dá entre os meses de outubro a março, a compensação pela supressão de exemplares arbóreos deverá ser realizada em até 2 meses antes do fim desse período, ou seja, até o último dia do mês de janeiro. Caso a licença seja concedida em período inferior a 90 dias antes desse prazo (último dia do mês de outubro), o plantio poderá ser executado no início do período chuvoso seguinte (novembro a dezembro).

4. A taxa florestal deverá ser emitida pelo link: <http://www.ief.mg.gov.br/autorizacao-para-intervencao-ambiental>. No campo observação da taxa deverá conter o nome do empreendimento, o tipo de produto e/ou subproduto florestal e o volume do rendimento lenhoso em m³.

5. O monitoramento das emissões sonoras deverá ser realizado de forma semestral, sendo o primeiro realizado em até 30 dias após o início das obras.

6. Seguir o tópico "Avaliação" do Termo de Referência de Ajardinamento, disponibilizado no site da SMMA: <https://smma.pbh.gov.br> / aba Documentos para Download / Roteiros Técnicos. As mudas oriundas da compensação por supressão não poderão ser contabilizadas na execução projeto paisagístico, devendo ser submetidas à DPEA (dpea@pbh.gov.br) para orientação legal quanto ao procedimento para compensação.

7. O Programa deverá ser implantado, conforme apresentado pelo empreendedor, contemplando os seguintes itens:

a) As ações de comunicação deverão ser realizadas junto à vizinhança da Área de Influência Direta - AID e aos trabalhadores, antes, durante e após a finalização das obras na fase de implantação.

b) Criação de canal de comunicação direto com a vizinhança: telefone, e-mail e, quando da instalação do canteiro de obras, previsão de atendimento presencial.

c) Implantação de placas de divulgação dos canais de comunicação nos acessos de pedestres e veículos. Para a confecção e instalação, considerar: as placas devem possuir área mínima de 0,5 m² (meio metro quadrado) e nenhuma de suas dimensões lineares deve ter comprimento inferior a 50 cm; devem estar contidas integralmente na faixa compreendida entre 1,10 m e 2,40 m de altura a partir do nível da calçada; sustentadas por equipamento adequado; sua localização deve permitir que sejam visíveis e legíveis ao



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

pedestre a partir do logradouro público ou das passagens demarcadas para pedestres. Deverão conter, pelo menos, as informações: “Atendimentos aos Vizinhos”, 01 contato telefônico para a vizinhança, 01 contato de e-mail para a vizinhança, inclusão dos contatos da PBH para atendimento ao cidadão (156 e www.pbh.gov.br).
d) Reuniões com a comunidade a serem realizadas antes, durante e após a finalização das obras, ou sempre que solicitadas pela comunidade para apresentar o empreendimento e planos de monitoramento e realizar escuta qualificada.

e) Ações e campanhas de incentivo ao uso e apropriação do ELUP, antes da finalização da obra, através da produção e distribuição de materiais informativos na comunidade, paralelamente, à articulação e mobilização dos atores sociais do território.

f) Identificação e articulação preliminar para busca de parceria com associações de catadores de materiais recicláveis da região, para os desdobramentos da fase de operação do empreendimento.

g) Envio de relatórios semestrais contendo no mínimo: o registro de todas as reclamações/esclarecimentos de dúvidas e suas tratativas e retornos; cópia dos materiais de divulgação de campanhas educativas; cópias de listas de presença e atas das reuniões/encontros; o registro fotográfico das ações executadas; sistematização e análise das ações desenvolvidas no período.

8. A elaboração do projeto executivo do Programa de Educação Ambiental - PEA, deverá ser subsidiada pelas diretrizes da DN COPAM n.º 214/17. Para isso, o empreendedor deverá:

a) Dar continuidade ao processo de construção do Diagnóstico Socioambiental Participativo - DSP junto à comunidade, etapa imprescindível para a elaboração da versão final do Programa de Educação Ambiental. Para isso, considerar demais técnicas participativas ainda não exploradas, caso seja necessário, para o mapeamento e discussão das principais questões socioambientais postas no território, identificação das potencialidades locais, proposição e validação de ações educativas, considerando os impactos previstos do empreendimento sobre a vizinhança. O DSP deverá ser apresentado juntamente com o PEA.

b) Considerar as características da região e os estudos preliminares elaborados para o diagnóstico ambiental: meios físico, biótico e antrópico, assim como os impactos e planos de mitigação.

c) Considerar os resultados da pesquisa de percepção socioambiental realizada para o EIA/RIMA para sugestão de temáticas.

d) Prever a realização de campanhas educativas contemplando temáticas socioambientais elencadas pela equipe do empreendimento e aquelas sugeridas pela comunidade e trabalhadores da obra ao longo da vigência da LI.

e) Realizar ações de sensibilização e educação voltadas para a adequada destinação dos resíduos sólidos e para a importância da coleta seletiva.

f) Recomenda-se que as escolas da região sejam envolvidas nas ações de educação ambiental e, caso determinada escola manifeste interesse em ter um projeto voltado especificamente para sua respectiva comunidade escolar, deverá ser realizado um DSP separado para a escola, conforme orienta a DN COPAM n.º 238/2020.

g) Recomenda-se a busca de parcerias junto aos parques da região para a realização de ações conjuntas e de incentivo ao acesso da população local a esses espaços.

h) Cronograma executivo que retrate todas as atividades a serem desenvolvidas no programa. O mesmo deverá estar em consonância com o cronograma do Programa de Comunicação Social.

9. Apresentar a ART do responsável técnico pela execução da terraplenagem e contenções, a licença do aterro para onde será destinado o excedente da terraplenagem, o formulário “Carta de Aceite” devidamente preenchido pelo responsável pelo aterro e o itinerário que será adotado, alvará de construção.

10. Mais informações entrar em:
https://www.ief.mg.gov.br/w/transparencia?p_l_back_url=%2Fbusca%3Fq%3D%252Fautorizacao-para-intervencao-ambiental.

11. Os relatórios de comprovação das ações do Programa de Educação Ambiental – PEA deverão ser encaminhados à SMMA, semestralmente, e deverão conter, no mínimo:

a) Cópias de todos os materiais de campanhas educativas e informativos utilizados.

b) Cópia de materiais de divulgação/convite das reuniões com a comunidade.

c) Cópia de atas das reuniões.

d) Cópia das listas de presença.

e) Cópia de material de apresentação/conteúdo utilizado nas reuniões com a comunidade e com os trabalhadores.

f) Registro fotográfico das ações, sempre que possível.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

g) Sistematização e análise das ações desenvolvidas no período.

12. O Plano de Gestão Ambiental das Obras deverá abordar a operação do canteiro de obras, incluindo a destinação de efluentes e resíduos, os controles ambientais, o acompanhamento das intervenções e demais medidas previstas nos demais planos e programas de controle ambiental, a saber:

- a) Gestão específica dos resíduos de construção civil - PGRCC;
- b) Controle de ruídos;
- c) Controle de emissão de particulados na atmosfera;
- d) Controle dos efluentes líquidos;

O Plano de Gestão Ambiental das Obras deve prever o monitoramento ambiental rotineiro do empreendimento com os devidos registros de todas as ocorrências, desconformidades, ações preventivas e corretivas adotadas e demais questões afetas à obra. Deverão ser elaborados relatórios de monitoramento ambiental a serem protocolados na SMMA, semestralmente, fruto do acompanhamento rotineiro com todos os registros.

Deverá ser prevista a contratação de um gestor ambiental da obra, que será responsável pela execução de todos os Planos e Programas de Controle Ambiental e do Monitoramento Ambiental rotineiro do empreendimento.

Quanto ao gestor ambiental:

- a) a indicação do gestor ambiental deverá ser encaminhada à SMMA, com a respectiva ART.
- b) tal profissional deverá ser responsável pela guarda e arquivamento no canteiro de obras de toda documentação e registros das ações adotadas durante as obras. Em relação às intervenções das obras, o gestor deverá priorizar o isolamento e proteção de áreas *non aedificandi*, bem como adotar medidas adequadas quanto à eliminação/prevenção/mitigação dos impactos ambientais causados no entorno. Os canteiros de obras não poderão ser implantados, mesmo que em caráter temporário, em: áreas *non aedificandis*, APPs, UPs, áreas a serem transferidas ao município como ELUP ou de relevância ambiental. A documentação comprobatória da efetiva implantação do plano deve permanecer no local da obra à disposição da fiscalização dos órgãos competentes (ex.: treinamento de funcionários, cercamento e proteção dos indivíduos arbóreos a serem preservados, controle de óleos e graxas, controle de emissão de particulados, controle de ruídos, carreamento de sedimentos, emissões atmosféricas dos veículos a diesel, registro de ocorrências, entre outros).

13. Para áreas maiores que 300 m²: Seguir o tópico "Avaliação" do Termo de Referência de Ajardinamento, disponibilizado no site da SMMA: <https://smma.pbh.gov.br> / aba Documentos para Download / Roteiros Técnicos.

14. A AIE será emitida em documento separado, mediante apresentação dos itens abaixo listados, devendo ser formalizados integralmente no mesmo protocolo:

- a) Número do Alvará de Construção, a ser emitido pela Subsecretaria de Regulação Urbana – SUREG;
- b) Documento de Arrecadação Estadual – DAE, acompanhado do respectivo comprovante de pagamento, referente à taxa florestal do rendimento lenhoso total das supressões. Para mais informações, acessar o sítio eletrônico do Instituto Estadual de Florestas – IEF, disponível no link: <http://www.ief.mg.gov.br>;
- c) Planta baixa de levantamento florístico assinada por responsável técnico com formação nas áreas de Biologia, Engenharia Florestal ou Engenharia Agrônoma.

15. Apresentar carta de aceite de destinatário habilitado para recebimento do material lenhoso, com identificação e finalidade, declaração de utilização no próprio empreendimento ou comprovação de destinação adequada, de acordo com a legislação vigente. Código a ser utilizado no Sistema MTR-MG para Material lenhoso proveniente de supressão arbórea – 170201.

16. Considerar a representação gráfica conforme orientada na Portaria de Representação vigente, atualmente a Portaria SMPU N°54/2023, de 02/11/23.

17. Apresentar justificativa e a memória de cálculo do sistema construído, caso tenha tido alteração do projeto aprovado na fase de licenciamento. Ressalta-se que, os estudos e projetos deverão estar em conformidade com as diretrizes da Instrução Técnica para Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

18. Apresentar justificativa e a memória de cálculo do sistema construído, caso tenha tido alteração do projeto aprovado na fase de licenciamento. Ressalta-se que, os estudos e projetos deverão estar em conformidade com as diretrizes da Instrução Técnica para Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem.

19. Ver Anexo SUOTRAN

20. Desenvolver e implantar os projetos viários para melhoria da segurança da circulação de pedestres e veículos. Tais projetos devem contemplar a revisão, manutenção e implantação de sinalização (horizontal, vertical) nas seguintes vias e suas interseções:

- a) Av. Dr. Cristiano Guimarães entre ruas Nilo Aparecido Guimarães e Rua José Bites Peixoto;
- b) Rua Osório Duque Estrada entre Rua Vidal de Negreiros e Rua Araújo Lima;

Deve-se também incluir a implantação de projeto de acessibilidade e de sinalização (horizontal, vertical e semafórica) da interseção da Rua Nilo Aparecida Pinto com a Av. Dr. Cristiano Guimarães.

O projeto de sinalização horizontal, vertical e de acessibilidade referentes a implantação das novas vias, incluindo os alargamentos de vias existentes previstos nas diretrizes emitidas pela Comissão de Diretrizes para Parcelamento do Solo devem ser inseridos na área de abrangência do projeto viário descrito acima.

21. Os projetos complementares executivos (geométrico, drenagem, pavimentação e outros que se fizerem necessários), referentes à implantação e alargamento das vias previstas nas diretrizes de parcelamento devem ser aprovados junto à SUZURB, SUDECAP e DGAU.

Os Projetos Viários que serão submetidos à aprovação da SUZURB, SUDECAP e DGAU devem ser elaborados em consonância ao rito do Procedimento Padrão de Projetos da SUDECAP (<https://prefeitura.pbh.gov.br/sudecap/projetos-de-infraestrutura>), contemplando as seguintes temáticas: Topografia (Capítulo 5), Geotecnia (Capítulo 6), Terraplanagem (Capítulo 9), Contenção (Capítulo 13), Geométrico (Capítulo 21), Pavimentação (Capítulo 24) e para os Projetos de Drenagem (Instrução Técnica para Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem – <https://prefeitura.pbh.gov.br/obras-e-infraestrutura/informacoes/publicacoes/instrucao-estudos-e-projetos-de-drenagem>).

Deve ser apresentado a SUZURB e SUDECAP um Memorial Descritivo contendo informações sobre sondagem, densidade, granulometria por peneiramento, limites de Atterberg, e compactação ISC, número N, memória de cálculo do dimensionamento, espessura das camadas, além de detalhamento em planta.

22. Os relatórios semestrais devem ser apresentados utilizando-se o formulário disponibilizado em "<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/perguntas-frequentes>" na pergunta "Após a aprovação do PCMO, o que devo fazer?", observando-se as orientações constante à sua página 5.

23. O relatório final deverá ser elaborado utilizando-se o formulário disponibilizado em "<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/perguntas-frequentes>" na pergunta "Após a aprovação do PCMO, o que devo fazer?", observando-se as orientações constantes à sua página 4.

24. Alteração da Diretriz 3 de Parcelamento do Solo relativo ao posicionamento do ELUP: A Nota 3 das Diretrizes para Parcelamento do Solo terá a seguinte redação: "Deve-se transferir ao Município 15%, no mínimo, da gleba ao Município, os quais serão destinados 7,5% para implantação de Equipamentos Urbanos e Comunitários (EUC) e 7,5% para implantação de Espaço Livre de Uso Público (ELUP)."



Categorias das espécies vegetais	Distribuição das espécies a serem suprimidas em classes de altura			Compensação segundo DN COMAM 67/10 e 95/19			Total
	0 - 3	3 - 9	> 9	0 - 3	3 - 9	> 9	
Proteção legal	2	2	0	8	12	0	20
Imunes ao corte (Ipê-amarelo)	0	10	0	0	60	0	60
Passíveis de compensação (nativas e exóticas não ruderais)	62	297	4	124	1188	24	1336
Exóticas ruderais (leucenas)	1	17	1	0	0	0	0
Exóticas ruderais (Ipê-mirim)	0	1	0	0	0	0	0
Total	65	327	5	130	1212	24	<u>1416 mudas</u>

Conclusão

O presente REA acompanha o Parecer Único nº 062/2025 da 1ª CLI e o Parecer Técnico SMMA nº 2209/25 e conclui favoravelmente à concessão do Certificado de Licença Ambiental – Licença de Instalação para **Residencial Sarana**, devendo ser atendidas as condicionantes e notas relacionadas no referido Parecer Único e neste Relatório.

Este REA necessita de apreciação e deliberação do plenário do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, conforme artigo 5º da DN COMAM nº 80/14.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2025.

João Paulo Menna Barreto de Castro Ferreira – BM: 327.328-6
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi – BM: 74173-X
Subsecretário de Licenciamento e Controle Ambiental
**Documento assinado digitalmente*



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.